

**AO JUÍZO DE DIREITO DA XX VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXX-UF.**

Processo nº:

Requerentes: FULANO DE TAL E OUTROS

Requerido: FULANO DE TAL

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador da Cédula de Identidade nº -SSP/UF e do C.P.F. nº , filho de FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, residente e domiciliado na ENDEREÇO, telefone: , E-mail: XXXXX@XXX.com, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fundamento no artigo 335 e ss. do CPC, apresentar

CONTESTAÇÃO

em face das alegações contidas na Ação de Guarda que lhe é movida por FULANO DE TAL e FULANO DE TAL , já qualificados no feito em questão, pelos fatos e fundamentos que ora se seguem:

I - SÍNTESE DA EXORDIAL:

01. Os requerentes ajuizaram ação de guarda alegando, como causa de pedir, que o menor é fruto do relacionamento afetivo havido entre o réu e FULANO DE TAL, filha dos autores.
02. Afirmam que, após o fim do relacionamento entre FULANO DE TAL e FULANO DE TAL ocorrido em 2016, mãe e filho foram morar com os autores.
03. Aduzem que a genitora do menor faleceu em 06 de julho de 2020, vítima de Covid-19, ficando o adolescente sob os cuidados dos avós maternos.
04. Alegam que o menor expressa desejo de permanecer morando com os avós maternos, uma vez que consideram esse o seio familiar habitual do menor.
05. Esclarecem que o réu sempre teve participação ativa na vida do menor e, embora estivesse inicialmente de acordo com o pedido, não concordou em regularizar a guarda de fato supostamente exercida pelos autores.
06. Ao final, pugnam para que os eventuais valores provenientes de direitos trabalhistas, FGTS, pensão por morte e seguro de vida em razão do falecimento da genitora do menor, sejam depositados em conta bancária em nome do adolescente para acesso apenas quando este atingir a maioridade civil.

II - DA REALIDADE FÁTICA:

07. De fato, os genitores do menor eram conviventes e se separaram em 2016.

08. Após a separação, o menor FULANO DE TAL passou a residir com a genitora e com a tia materna na casa dos avós maternos. Já o genitor passou a residir próximo do filho para facilitar a participação diária na vida do menor.
09. Todavia, os avós maternos não residiam na mesma casa, ou seja, só são os proprietários do imóvel. Na mesma época da separação (2016), os avós maternos mudaram-se para uma zona rural em XXXXX/UF.
10. Os autores pedem a guarda de FULANO DE TAL, mas continuam a residir na roça em ESTADO e o menor continua a residir na casa de propriedade dos avós maternos na XXXXX/UF.
11. Após o falecimento de FULANO DE TAL, os avós paternos vieram para o Distrito Federal apenas duas vezes.
12. O genitor pretende exercer a guarda de FULANO DE TAL porque quando este morava com a genitora e com a tia materna, comia comida gelada, pois a própria tia materna negava acesso ao microondas para que o menor pudesse esquentar a comida.
13. Ademais, o requerido diz que, após o menor chegar da escola, a tia escondia comida para que o menor não comesse. Quem relatava esses fatos era o próprio Samuel.
14. Assim, a tia materna, que é a adulta que reside no mesmo lote do menor, não possui interesse em exercer a guarda do sobrinho, tanto é que não a pleiteou em juízo.
15. Mesmo após o fim do relacionamento afetivo entre FULANO DE TAL e FULANO DE TAL, esses mantinham uma relação de amizade e respeito mútuo. Por conta dessa boa relação, FULANO DE TAL, FULANO DE TAL e FULANO DE TAL só andavam juntos e mantinham contato diário.
16. O pai levava e buscava o filho na escola, acompanhava o menor em consultas e os três (mãe falecida, pai e filho) iam juntos até ao supermercado.
17. O convívio entre FULANO DE TAL e o réu era tão intenso que foi ele que a levou para o hospital quando começou a passar mal ao contrair o coronavírus e foi ele que providenciou a internação da genitora.
18. Enquanto FULANO DE TAL ficou internada, o réu assumiu toda a responsabilidade pelo filho.
19. Após o falecimento de FULANO DE TAL, a família da mesma expulsou o requerido da casa dela e informou que o filho não iria ficar com o pai, já que este “não prestava pra nada”.
20. O requerido destaca que, antes do falecimento da genitora, o relacionamento entre ele e os requerentes era muito amistoso.
21. Todavia, após 3 (três) dias do falecimento da genitora, os requerentes expulsaram o réu da casa deles sem motivo algum.
22. O avô tomou o menor do requerido à força.
23. Ademais, o avô agrediu o requerido verbalmente após descobrir um suposto seguro de vida que foi feito pela a falecida em benefício do filho e da irmã dela.
24. O réu nunca concordou em passar a guarda do menor aos requerentes, pois estes sempre foram distantes do neto e nunca assumiram nenhuma responsabilidade em relação ao menor nem antes nem após o falecimento de FULANO
-

DE TAL.

25. O requerido desconfia que o ajuizamento da ação de guarda tem por motivo interesse financeiro no seguro de vida noticiado e na pensão por morte, pois a genitora trabalhava com vínculo empregatício na Caixa Econômica Federal.

26. Para finalizar, o requerido afirma que sempre foi participativo na vida e na criação do filho e que pretende exercer a guarda dele.

27. O genitor atualmente é PROFISSÃO e está recebendo o valor de 1 salário mínimo porque está afastado do trabalho por motivo de saúde (recebe auxílio-doença e aguarda uma cirurgia).

28. Para complementar a renda, faz bicos nos fins de semana de vendedor ambulante de água de coco e de coleta de materiais recicláveis.

29. Atualmente, é o genitor que mantém o filho financeiramente e o menor está morando na Ceilândia com o pai, mas ainda dorme em alguns dias da semana na casa em que morava com a genitora e que pertence aos avós maternos.

30. O réu ainda não requereu a pensão por morte em benefício do menor, mas foi orientado a protocolar o pedido no INSS o mais rápido possível.

31. Dessa forma, o genitor é quem cuida do menor FULANO DE TAL, atualmente com 15 anos, sendo que o menor deseja continuar residindo na Ceilândia com o genitor.

32. Importante constar que a responsabilidade da criação e educação de FULANO DE TAL sempre fora exercida por ambos os genitores.

33. Com o falecimento da genitora, quem possui capacidade para o exercício da guarda é o pai.

34. Já os autores nem ao menos moram na mesma cidade do que o neto.

35. O genitor desempenha a contento a responsabilidade de exercer a guarda fática do filho desde o nascimento do filho juntamente com a mãe.

36. O artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é claro quando preceitua que: ‘Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais’.

37. A guarda dos filhos é dever-direito dos pais, conforme os termos do art. 1.634 do Código Civil, e **somente em situações excepcionais, pode ser conferida a guarda a terceiros**, como regra o art. 28 e seguintes do ECA.

38. O genitor é pai zeloso e nunca negligenciou os cuidados do filho.

39. Sob a responsabilidade paterna, o adolescente tem atendidas todas as suas necessidades no que concerne a: afeto, saúde, educação, segurança e convivência com os demais familiares.

40. Em ações que versam sobre interesses de menores devem prevalecer os destes sobre quaisquer outros. Na Constituição Federal, em seu artigo 227 é possível verificar a proteção integral da criança enquanto sujeito de Direito, pois a ela são concedidas garantias em respeito ao seu melhor interesse.

41. Não há nada nos autos que comprove que o genitor não possui condições de continuar assumindo a guarda do filho, pois sempre a exerceu juntamente com a genitora enquanto essa era viva.
42. Após a morte da genitora, a guarda natural de Samuel é do pai. Todavia, tendo em vista que o requerido pode encontrar algum obstáculo ao requerer a pensão por morte junto ao INSS por conta desse processo, requer desde já a antecipação da tutela para deferir a guarda provisória do menor ao seu guardião natural.
43. As provas, ora colacionadas aos autos, comprovam que o genitor está apto a atender de maneira satisfatória às necessidades básicas e emocionais do filho, visto que possui renda e moradia para cuidar do filho.
44. Portanto, a guarda deve ser regularizada em favor do requerido, o qual incontestavelmente possui melhores condições para exercer a guarda e, objetivamente, mais aptidão para propiciar ao filho menor afeto, saúde, educação, segurança, suprimindo ainda suas necessidades materiais.
45. Ante todo exposto, os pedidos formulados na exordial, devem ser JULGADOS TOTALMENTE IMPROCEDENTES, para que a guarda judicial do menor Samuel seja regularizada em favor do requerido.

III - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer:

- a) os benefícios da justiça gratuita, conforme artigo 98 do CPC;
- b) o deferimento da guarda provisória ao genitor;
- c) a oitiva do menor em audiência, tendo em vista que possui 15 anos atualmente;
- d) a IMPROCEDÊNCIA TOTAL dos pedidos formulados na exordial e o deferimento de guarda definitiva do menor ao requerido;
- e) a condenação do Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF (artigo 3º, da Lei Complementar nº 908, de 07 de janeiro de 2016) e recolhidos junto ao Banco do Brasil, Agência 4200-5, Conta 6830-6 (PRODEF- CNPJ: 09.396.049/0001-80).

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente pelo depoimento pessoal da parte contrária e oitiva das testemunhas que serão arroladas em momento oportuno.

Termos em que, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL

Requerido
